

Reflexões sobre projetos de intervenção em escolas públicas¹

Profa. Marília Sposito²

27/06/2003

É impossível, neste momento, incorporar todos os temas aqui tratados. Não vou conseguir comentar a riqueza presente nessa diversidade de situações e projetos. Proponho levantar alguns temas que partem dessa diversidade de ações, pois exprimem formas diversas de se pensar e propor uma relação melhor com a escola pública. A preservação dessa diversidade é importante por mais que cada um de nós aposte em determinado projeto. O conjunto de ações em que cada um de nós está envolvido não significa a solução mágica para os problemas da rede de ensino público. Esta é uma questão importante, pois transforma o seminário no espaço da troca, cria a possibilidade de analisarmos os aspectos positivos, o que avança ou não em cada um destes projetos. Estamos reunidos para partilhar experiências.

A primeira questão que proponho incide sobre as diferenças entre reforma educacional e mudança educacional. A reforma educacional, em geral, nasce de cima para baixo, é ação dos governantes para o conjunto da sociedade, para o conjunto das escolas. A reforma educacional nem sempre promove mudança. A mudança educacional é fruto de um processo social mais amplo e complexo que significa também alteração de práticas. Às vezes, a mudança ocorre sem que a reforma educacional a incorpore, sem que os governantes percebam que as situações, experiências e atores já estão mudando.

Quando a reforma educacional procura entender o que está acontecendo e ir na direção da mudança, em geral, ela é bem sucedida. Infelizmente, o que observamos é o contrário: as reformas são impostas, transformam-se em "pacotes". Desrespeitam os professores, os alunos, enfim, os atores mais importantes do sistema do ensino que vivem a realidade cotidiana da escola.

Os projetos, em geral, querem apostar na mudança, desejam que, de fato, se altere a prática da escola: a formação de um novo lugar para o aluno, a alteração das condições de trabalho, novas propostas pedagógicas etc. De tudo isso, permanece uma pergunta importante: como essa aposta na mudança das práticas vai forçar, contribuir ou ajudar o campo da política para que ocorra uma reforma educacional favorável à maioria? Este é o primeiro desafio que está presente em todos os projetos.

A segunda questão diz respeito aos modos diversos de ação. Temos dois tipos de projetos, como se fossem duas idéias forças que os orientam. Há projetos que eu chamaria de verticais: concentram-se em uma escola e mergulham nela em profundidade. Tentam alterar as ações rotineiras, a cultura escolar, transformar a prática pedagógica da sala de aula. E há outros projetos que têm um feito de ação mais horizontal: propõem a prática da interação de várias escolas e seus atores, criam redes, organizam oficinas entre escolas com a participação de vários professores, planejam eventos públicos etc. Cada uma dessas modalidades de ação tem pontos positivos e pontos negativos.

O projeto que prioriza as trocas horizontais se ressentem da falta de ação no interior da escola ("Não conseguimos entrar na escola e a escola continua igual"). Ocorre um problema de tempo do projeto: em geral ele é circunscrito a uma oficina, curso ou evento. Os professores vão para essas atividades, se entusiasma, mas ao voltarem para o dia-a-dia de sua escola, não conseguem implantar mudanças, parece que tudo permanece inalterado. Há ações das redes, propostas de oficinas e eventos mobilizadores, mas corre-se o risco dessa modalidade não saber, de fato, o que acontece dentro da escola que permanece com sua cultura inalterada.

A outra modalidade que consegue alterar, às vezes em profundidade, uma prática na sala de aula, corre o risco do isolamento. Às vezes, consegue mobilizar apenas um ou dois professores da escola e o restante não se envolve, a instituição como um todo não se mobiliza. Os atores desse tipo de iniciativa se ressentem porque a ação é tão longa no tempo e eles se sentem isolados, não encontram parceiros para compartilhar os seus acertos e os seus erros. O olhar excessivo só para uma escola, o necessário mergulho em uma realidade, se não se abrir e puder ultrapassar esse isolamento de modo a ver o que os outros estão fazendo, produz o isolamento que deixa educadores e alunos desanimados. Falta a essa modalidade a perspectiva da ação compartilhada das redes, que alimentam a solidariedade e a troca de experiências.

Considero que não há saída unilateral. O ideal seria a capacidade de combinar modos de ação. Nenhum projeto pode ser apenas vertical ou totalmente horizontal. É claro que cada ação pode ter um eixo mais forte, mas o importante é que saiba contemplar o outro aspecto. Resta, assim, uma questão: qual seria a melhor maneira de se combinar esse dois modos de ação?

A terceira questão reside sobre o fato de que os projetos têm objetivos e efeitos diversos. Uma coisa é o objetivo e outra é o efeito. Será que estabelecemos esta distinção? Iniciamos um projeto tendo por objetivos a mobilização dos professores para resolver dificuldades de sua prática em sala de aula, mas o efeito pode ser outro: ocorre uma mobilização e os alunos envolvidos criam um grêmio. Às vezes o efeito está além da nossas expectativas ou fora delas.

Considerando-se os efeitos aqui apresentados, creio que os projetos têm atuado em três direções. A primeira reside na alteração das interações na vida da escola e nas formas da convivência, propondo ações sobretudo para os alunos. Há alguns anos, em debates com professores da rede pública e pesquisadores, sempre mostrava a importância da qualidade das interações e do clima da escola. Essa convivência mais afável e solidária seria criada a partir de atividades extra-classe, capazes de envolver os alunos. Muitas vezes, ouvi esta afirmação: "Mas você está querendo propor que a escola se transforme num clube, considerando importante ter projetos culturais, artísticos e de lazer envolvendo alunos". Sempre respondi da seguinte forma: "Se os alunos não gostarem de estar na escola, se os professores não gostarem de estar na escola, não há processo

pedagógico, não há qualquer possibilidade de sucesso para a maioria na sala de aula. Se o aluno ou professores não gostam de estar na escola, como é possível aprender e ensinar?

Em outros projetos o efeito é o outro. As ações incidem sobre a capacidade de ação e de mobilização. As atividades acabam por provocar alterações nos mecanismos habituais de exercício de poder e da participação dentro da escola.

O terceiro foco seria o pedagógico. O efeito mais evidente do projeto seria a alteração da prática na sala de aula: o professor passa a propor uma aula diferente e o aluno percebe, por sua vez, que é possível uma outra forma de aprender.

Essa questão dos efeitos me leva a propor assim um outro problema para a discussão: o projeto produz que efeitos na vida da escola? Por exemplo: um projeto que busca a constituição de grêmios pode estar produzindo outras coisas na escola, como a alteração nas formas do exercício do poder, mudanças nas interações etc.

Seria também importante pensar que os projetos poderiam voltar-se para um conjunto de efeitos e não apenas um, mesmo que o seu foco seja prioritariamente um deles: interações, mobilização ou práticas pedagógicas. Como articularmos esses três possíveis efeitos em um projeto: melhorar as ações e a capacidade de ação dos professores e dos alunos na gestão da escola, mudar a qualidade do trabalho pedagógico na sala de aula e propiciar novas interações?

A quarta questão para a reflexão seria a seguinte: qual é o nosso ponto de partida e o que acontece quando termina o projeto?

Não levamos muito em conta o modo como a se inicia um projeto e o modo como a parceria da escola com as ONGs se encerra. Projetos são datados, seu objetivo, em geral, é favorecer uma mudança, mas de fato os atores e a responsabilidade de efetivar as alterações estão nas escolas. Como fazer com que a saída de uma organização não governamental não signifique o término da proposta?

O início de um projeto é também uma questão importante para ser analisada. Alguns programas nasceram da práticas e isso é bom: trata-se de dar suporte a algo que já acontece e que deve ser disseminado. Outras propostas não nascem de práticas, elas são indutoras, são propositivas. Essa segunda modalidade não é necessariamente negativa, é importante a iniciativa, a proposição. Mas é preciso estar com as antenas ligadas, os ouvidos bem abertos, porque as ONGs entram em cena mas também saem de cena. Há uma perturbação tanto na entrada como na saída.

Encerro aqui trazendo mais duas idéias complementares às quatro questões examinadas. A quinta diz respeito ao fato de que, em geral, acreditamos que todos os projetos de ONGs devem necessariamente dar certo. Mas é importante considerar o que não funcionou bem e aprender a partir dos erros. Com isso, quero dizer que falar em sucesso ou em fracasso de projetos que buscam mudanças na escola pública é uma questão mais complexa do que imaginamos. Muitas vezes, de uma ação errada retiramos tantos ensinamentos que poderíamos dizer que ocorre um sucesso: sabemos o que não deve ser feito.

Para avançar, precisamos aprender a considerar bem sucedida a experiência que propiciou lições e aprendizados, mesmo que a consideremos um fracasso porque não deu certo e não vai mais continuar. Vou utilizar um exemplo da vida acadêmica: quando alguém quer fazer uma tese, em geral, esse indivíduo quer confirmar sua idéia inicial, sua hipótese. O bom resultado seria aquele que surpreende, que nega a idéia inicial quando se verifica que não funcionou e foi possível perceber outras dimensões não previstas inicialmente.

A sexta e última idéia diz respeito às políticas de melhoria da escola pública, ou seja, novamente o tema das reformas educativas. Somos todos favoráveis e desejamos que os projetos e propostas possam ajudar a encontrar caminhos que os constituam como políticas. O grande desafio é a transformação das práticas em políticas assegurando a diversidade. Imaginem, se cada um com o seu projeto considerar que ele deva ser implantado em todas escolas: vamos impor cinema em todas as escolas, obrigá-las a realizar pesquisa de opinião, criar grêmios em todas as unidades, estabelecer em todas circuitos culturais e assim por diante.

Esse é o risco: transformar em solução para todos aquilo que nasce do interesse de alguns atores e instituições. Como preservar essa diversidade e ao mesmo tempo chegar até a proposta de políticas? Este é o desafio das ONG's, das parcerias com os organismos públicos e com os professores.

Enfim, foram esses os pontos que eu busquei assinalar: 1. a diferença entre reforma e mudança; 2. os modos diferentes de ação que eu chamei de verticais e horizontais; 3. os efeitos das ações – as interações, a capacidade de mobilização e as mudanças pedagógicas; 4. os modos de entrada e os modos de saída; 5. O sucesso ou o fracasso dos projetos como dois elementos importantes de aprendizado; 6. O significado desses projetos para construir políticas e reformas educativas, preservando sua diversidade.

Embora este seminário seja o primeiro, ele pode não ser o único. Esse tipo de encontro propicia passos importantes para que todos possam avançar. Parabéns a todos pela riqueza contida nos projetos e ações aqui apresentados.

¹ Este texto é a transcrição dos comentários feitos pela profa. Marília no Seminário "Aprender com projetos de escolas públicas e ONGs" realizado na Ação Educativa em 16/09/2002. Os projetos aos quais ela se refere são:

Integrar pela Educação, Culturas Juvenis e Escola, Jovens e Escola Pública, Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião, Grêmio em Forma e Cinema e Vídeo Brasileiro nas Escolas.

² Professora da Faculdade de Educação - USP e Presidenta da Ação Educativa